

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.307.746 - DF
(2018/0140050-0)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
**EMBARGANTE : INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO
FEDERAL - PROCON-DF**
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
EMBARGADO : OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802
BRUNO DI MARINO - RJ093384
THIAGO DRUMMOND DE PAULA LINS - RJ123483
MARIA BEATRIZ DE SOUZA MOREIRA - RJ165758
CASSIO MONTEIRO RODRIGUES - RJ180066
FERNANDA BARROUIN MELLO E OUTRO(S) - RJ204079

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - PROCON-DF contra decisão que conheceu do agravo da parte adversa para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Aduz o embargante que a decisão é omissa quanto à aplicação imperativa do CPC/2015 que determina a fixação de honorários recursais.

Impugnação da parte embargada às e-STJ, fls. 3.762-3.766.

Brevemente relatado, decido.

Nos termos do Enunciado Administrativo n. 7/STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

No caso, o acórdão recorrido foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de origem em 27/10/2017 e considerado publicado em 30/10/2017.

A parte embargada, por sua vez, optou pela interposição de recurso especial, inaugurando novo grau de jurisdição. Como aqui se conheceu em parte do apelo nobre para, nessa extensão, negar-lhe provimento, são devidos, portanto, honorários sucumbenciais recursais.

À vista do disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, acolho os embargos de declaração para majorar em 2% o valor dos honorários sucumbenciais fixados na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator